

Como se formam os valores?

Markus Vogt

O termo “valor” provém do contexto da economia. Valores econômicos são expressos em preços, que, por sua vez presumem a possibilidade de troca; eles contêm informações sobre a demanda e tornam mais fácil a resolução de conflitos de utilização. Em relação à terra, passível de ser substituída de forma muito limitada apenas, este modelo de valoração apresenta algumas deficiências. A fim de proteger o valor ecológico fundamental e de longo prazo da terra, é preciso considerar com eficácia social outras categorias de valoração, bem como ter clareza sobre suas correlações.

O que são valores?

Valores expressam aquiescência e reconhecimento, portanto variam de pessoa a pessoa, subjetivamente. São o resultado de um juízo de valor a respeito de pessoas, ações e objetos. Nunca têm um sentido apenas descritivo, mas também sempre prescritivo e exortativo. Assim, por exemplo, diz-se que “algo tem valor”, “... merece respeito e cuidado”, “você poderá precisar disto”, ou “precisa protegê-lo”.

Valores são ideias reguladoras que conferem sentido ao mundo. São constantes de atribuição de valor através das quais conduzimos nossas ações e as harmonizamos entre si. Não existem como coisa, mas emergem de processos de comunicação. Depositam-se em estruturas sociais e produtos culturais e, desta forma, estabilizam a vida da sociedade. O tema que me foi atribuído, “Como se formam os valores”, implica uma tese nada óbvia: valores são criados pelo homem, portanto são produtos criados artificialmente. São artefatos. Por esta tese, meu professor, Wilhelm Korff, foi intimado a comparecer perante o Tribunal da Congregação da Doutrina da Fé no Vaticano¹.

Apesar de sua gênese cultural e social, portanto artificial, os valores não são simplesmente arbitrários ou mero produto da vontade humana (como afirmou Nietzsche), mas guardam uma relação com a percepção de pessoas, coisas e situações. Estão sujeitos a um tipo de lógica própria (princípio da não contradição da razão prática de Tomás de Aquino, “Bonum faciendum, malum vitandum”; autonomia em Kant, da qual resulta que a coerência da argumentação ética se constrói a partir do centro do princípio de liberdade e daí leva ao imperativo categórico). Uma consequência desta lógica da razão prática é, por exemplo, a prevalência de valores pessoais sobre valores materiais que permeia toda nossa ética e jurisprudência modernas.

A interpretação puramente construtivista dos valores não leva suficientemente em conta a necessidade de que os mesmos estejam condizentes com a estrutura das coisas, da psique humana e do contexto das ações sociais. Muito embora sejam “inventados” para que possamos nos orientar no mundo, não são aleatórios. A estruturação de valores é aberta, eles, no entanto não são aleatórios. Obedecem a uma lógica interna de coerência antropológica e a predisposições linguísticas, históricas, culturais e institucionais.

No entanto, os valores não são mensuráveis objetivamente como é o caso do peso e da cor dos objetos. Somente podem ser qualificados de maneira indireta, por meio de palavras, modelos de comportamento e ações das pessoas. Muitas vezes não podem ser apreendidos por nossa metodologia científica habitual. Isto faz com que, com frequência, nossos discursos acerca dos

valores sejam pouco elaborados racionalmente e sua importância e atribuições pareçam pouco claras. São mais percebidos como coisa dos sentimentos do que da razão.

Sobre o tratamento científico dos valores

De forma geral, prevalece na cultura contemporânea a ideia de que a comunicação de valores seria uma questão meramente subjetiva, emocional e fora do escopo da ciência. Isto faz com que os debates sobre valores sejam subdesenvolvidos quanto a seu aspecto racional. A base para tanto é o *postulado da liberdade do juízo de valor* (Positivismo de Augusto Comte; para as Ciências Sociais, Max Weber). Isto fez avançar a metodologia da investigação empírica e permitiu a diferenciação mais clara entre descrição e prescrição (atribuição de valor). Hoje, no entanto, sabemos que toda verificação de fatos ocorre no contexto dos programas de pesquisa, por trás dos quais estão determinadas visões de mundo e do homem e certas práticas culturais (dependência de paradigmas, em Thomas Kuhn).ⁱⁱ

O advento do pensamento antipositivista na teoria da ciência lançou a base para uma nova abordagem científica na discussão das questões de valor. Sem este enraizamento na teoria da ciência, cairia no vazio o discurso dos valores no contexto da bioética, da avaliação dos efeitos da tecnologia, ou nas diversas comissões de ética na política. Desde o início, seria um discurso marginalizado, apenas compensador, que, na melhor das hipóteses, referir-se-ia a valores levantados empiricamente em pesquisas de opinião, ou seja, seriam apenas opiniões ao invés de conhecimento – fazendo referência à diferenciação destes dois conceitos introduzida por Platão.

Por outro lado, valores tampouco são simples parâmetros abstratos definidos sem qualquer relação com as convicções das pessoas ou com os objetos valorados. Por isto, o que importa não é apenas a fundamentação teórica dos valores, mas a reconstrução de processos históricos da prática vivida e o reconhecimento de determinados valores. “Se, no caso dos valores, não é possível separar com clareza as questões de gênese e da atribuição de valor, poderemos formular de forma positiva o que estamos tratando aqui. Então, também a história do surgimento e da propagação dos valores pode ser contada de tal forma que a narrativa e justificativa estejam entrelaçadas de forma específica.”ⁱⁱⁱ Joas procura tipos de ação e de contextualização de experiências que deem origem à sensação subjetiva de que algo seja um valor. Além disso, analisa os processos históricos da generalização e institucionalização de valores através dos quais se dá a atribuição de valores no processo de comunicação em sociedade.

Como sociólogo, é desta forma que Hans Joas trata os valores e descreve sua formação como um tipo de genealogia afirmativa: “Devemos chamar de afirmativa esta reconstrução genealógica do passado, consciente de contingência, porque a volta aos processos da formação do ideal, do surgimento de valores, não nega nosso vínculo com eles e tampouco nos eleva a uma condição de decisão soberana acima deste vínculo, mas nos abre ao caráter de apelo do significado histórico”.^{iv}

A análise do surgimento dos valores foca no homem e nas atribuições de valor que ele faz, mas também vai além, de forma específica: não se trata apenas de autoformação, mas também de autotranscendência. Valores ou o vínculo com eles nascem do encontro com algo que é maior ou mais do que o “eu”, quando o Ser ensimesmado se rompe e se abre em direção a outro Ser ou outra pessoa. São conhecidos, no contexto cristão, os relatos sobre experiências de conversão que

poderíamos chamar de autotranscendência. Na própria tradição cristã, este elemento da transformação e da autotranscendência enquanto raiz da gênese dos valores foi substituída por uma concepção mais tradicionalista de valores, que os percebe como vínculo com o que nos foi transmitido pela tradição e os costumes.

Também em relação ao tema do ordenamento territorial, predominam normalmente modelos mais conservadores de interpretação de valores. São comparáveis ao vínculo que temos com algo herdado e a pretensão à propriedade transmitida pela tradição. Até mesmo no atual Estado de Israel, os modelos de valores religiosos e conservadores estão sendo discutidos no contexto deste tipo de pretensão à posse do território. No entanto, outras tradições bem diferentes também seriam possíveis, por exemplo, a partida em direção a uma nova terra desconhecida, como no caso de Abraão. De todo modo, segundo Joas, para o surgimento de valores, sempre são imprescindíveis duas componentes: a do vínculo conservador que preserva o que existe e a componente inovadora, de mudança, que deixa para trás modelos conhecidos de interpretação e de comportamento para reagir a novos desafios da vida.

A análise dos modelos de justificativa normativa e as mudanças de paradigma dos valores em relação ao uso da terra em diferentes épocas da história e a verificação de sua relação com fatores externos como, por exemplo, a industrialização e a mudança climática seria um campo próprio de pesquisa. Estou convencido de que existam muitas “afinidades eletivas” (Max Weber) entre o uso do solo e modelos de valores em uma sociedade. Por meio da reconstrução de modelos de conduta e suas ramificações, é possível identificar “infraestruturas mentais” que sejam passíveis de modificação posterior. Neste contexto, há diversos estudos empíricos esclarecedores sobre a relação entre espiritualidade e valores de sustentabilidade entre agricultores holandeses e o tipo de uso da terra que praticam.^v

Valores no discurso público

A ideia de que uma sociedade não precisa ter, obrigatoriamente, juízos de valor éticos e religiosos comuns serviu de base para o liberalismo iluminista britânico e continua sendo relevante. O empenho individual por aquilo que cada um considera bom e benéfico pode ser integrado, na essência, através do contexto legal e da “mão invisível” dos mercados. Em muitas áreas, dispensam-se normas homogêneas de valor coletivo.^{vi} A renúncia à tentativa de fazer valer modelos homogêneos de valor promove a liberdade. Isto é humanamente apropriado, pois toma em conta a diversidade das pessoas e incentiva a eficiência econômica, pois as capacidades e interesses individuais revelam e se desenvolvem mais intensamente sob condições de liberdade e pluralidade. Entretanto, é preciso considerar que o Direito é o ordenamento da desconfiança e, por si só, não oferece uma base suficiente para a integração social. É preciso haver, também, um discurso público sobre a boa vida e os objetivos comuns da sociedade.^{vii} É necessário que haja, individualmente, um engajamento moral baseado em valores, que transcenda o juridicamente controlável. Este constitui também o fundamento filosófico do “Bayrische Wertebündnis” fundado em 2010 pelo governador Seehofer, da Baviera, uma entidade criada em torno dos valores que já congrega mais de 100 organizações parceiras, entre estas também as Igrejas.

Expectativas confiáveis de valor também constituem um capital imprescindível para o funcionamento da economia. Sem elas, muitas cooperações não seriam possíveis, e o dispêndio para o controle seria

consideravelmente maior.^{viii} É por esta razão que as expectativas de valor de ordem religiosa e ética têm importância fundamental até mesmo na economia. O fortalecimento e o desenvolvimento diferenciado da consciência de valor dependem essencialmente de sua promoção dentro da família e da escola, assim como na mídia e na sociedade civil.^{ix} A formação escolar e profissional não é viável sem a educação. Se a educação levar a sério a pretensão de promover a intermediação de valores, deverá fazer uma reflexão crítica acerca da influência da mídia sobre os jovens. A importância da inserção familiar e social dos processos de formação de valores precisa ser mais levada em conta nos projetos pedagógicos. Um dos fatores decisivos para o aprendizado da ética é proporcionar espaço para o engajamento social dos indivíduos.^x

Valores não podem ser transmitidos da mesma forma que o conhecimento. São necessários métodos mais relacionados à experiência prática e discursivos. O incentivo à autoestima e ao reconhecimento é essencial na educação de valores. Neste contexto, a fé cristã tem muito a oferecer. Sua mensagem central é o reconhecimento incondicional de todo ser humano, que promove a autoestima e é transmitida pela dedicação. É neste ponto que reside o poder revolucionário do cristianismo. Este pretende transmitir reconhecimento aos menosprezados e discriminados, capacitando-os para agirem na construção de uma vida bem sucedida. A implementação deste conceito é bastante trabalhosa sob o aspecto pedagógico e político, no entanto, no longo prazo, parece não haver outro método mais eficaz para transmitir valores do que o reconhecimento e a dedicação a alguém.

Para a transformação de valores, a educação é tão importante quanto o estilo de vida. Estilos de vida e de consumo são “convicções de valor vividas”, pois, nas decisões do que vamos comprar e de como vivemos, se expressa de forma muito mais autêntica o que é verdadeiramente importante para a pessoa do que nos juízos de valor manifestos em pesquisas de opinião. Existem vários exemplos promissores para alimentar o debate de valores que envolvem novos estilos de vida, a saber, Lifestyle of Health and Sustainability (LOHAS), Slow Food, processos locais da Agenda 21, Living in Place ou Green City.

Uma característica notável dos novos movimentos de estilo de vida é a defesa da regionalização e sua relação com o incentivo às cadeias de valor locais. Estas cadeias muitas vezes têm elevado valor agregado no âmbito ecológico e social (mobilidade de bens e pessoas menos prejudicial ao clima, interação econômica que, ao mesmo tempo, torna-se estrutura facilitadora da comunicação social etc.), o que, ao mesmo tempo, leva ao desenvolvimento de relações diversificadas com os temas da organização territorial, de origem e pátria. O vínculo com um espaço concreto é redescoberto principalmente no contexto do movimento ecológico e, no mundo todo, é trabalhado politicamente de forma criativa e diversa. Modelos da visão de organização espacial devem servir para orientar as pessoas de como o espaço, a terra e a paisagem poderão ser usados no futuro. Estes ideais evidentemente são influenciados por modelos de posicionamento coletivo. No tempo do fordismo, o modelo de uma paisagem não ocupada tinha uma conotação positiva. Hoje em dia isto mudou. O princípio de sustentabilidade está presente em qualquer processo de planejamento regional^{xi}. Não obstante, os modelos de tomada de decisão e de ação reais continuam sendo muito influenciados por juízos de valor em que não se atribui um valor próprio à terra e à paisagem. São considerados recursos passíveis de exploração. A intensa ocupação espacial, também na Baviera, é um testemunho eloquente deste ponto cego em relação ao valor da terra. Até agora o *Bayrische Bündnis für*

Flächensparen (em tradução livre: “União Bávara para Uso Econômico de Território”), do qual as Igrejas participam desde o início, não tem sido suficientemente eficaz.

Os desafios enfrentados por nossa sociedade no conflito entre proteção da natureza e as crescentes demandas do bem-estar são tão profundos que não podem ser solucionados satisfatoriamente por decretos editados de cima para baixo em conferências oficiais. É necessário um novo debate “a partir de baixo” dos ideais e metas de nossa sociedade, portanto, sobre o que entendemos por progresso, bem estar ou justiça, e quais seriam os horizontes de tempo adequados e viáveis para o planejamento individual e dos governos. Teoricamente, a consciência para tanto existe em grau bastante alto na sociedade, mas requer um empurrãozinho para que possa se desenvolver e ter efeitos na política.

Debates sobre valores muitas vezes parecem ser tema dos temerosos e alvo de proibições restritivas apenas. No entanto, o debate ético deve situar-se no plano das metas. A pergunta que norteia o debate seria: em qual sociedade desejamos viver? O discurso da sustentabilidade é, atualmente, a tentativa mais importante de dar nova orientação ao debate dos valores, saindo do plano meramente remediador que busca aceitação, elevando-o ao plano da autodeterminação das metas de uma sociedade.^{xii}

Pluralismo de valores como desafio da comunicação

A tolerância é um valor fundamental em uma sociedade plural. Estabelece uma relação de tensão com as pretensões de verdade das convicções religiosas e das diversas visões de mundo e também com as situações em que o sentimento de justiça tenha sido ferido. A tolerância é a capacidade de suportar diferenças, falar sobre elas e, mesmo persistindo as divergências de interesses e convicções, deve ser capaz de solucionar conflitos sem fazer uso de violência e possibilitar ações de cooperação. A tolerância em relação a valores requer a capacidade de suportar conflitos sem abrir mão do próprio ponto de vista. Na Alemanha, o temor do Islamismo está novamente pondo à prova a disposição da sociedade para a tolerância. Segundo o sociólogo das religiões José Casanova, o temor que Alemanha e Europa sentem frente ao Islamismo atualmente é o efeito da perda da própria identidade religiosa no mundo cristão.^{xiii} Em tempos de recessão econômica, também vemos aumentar, simultaneamente, o temor pela perda de emprego e a agressividade contra estranhos. Quando a invocação de valores cristãos ou mesmo nacionais passa a ser um meio para excluir outros, provoca efeitos extremamente ambivalentes. Um arcabouço sólido de valores também é capaz de prevenir o temor em relação ao estrangeiro.

Em tempos de globalização, aumentam as demandas para lidar com a pluralidade. Devido ao esperado aumento das migrações e como consequência da globalização, haverá um aumento da mistura de culturas e também dos diversos sistemas de valores (a ONU, por exemplo, estima que, somente devido às mudanças climáticas, haverá, nas próximas décadas, um contingente de 200 milhões de migrantes). Para a Europa, será mais difícil manter-se isolada em sua ilha de bem-estar, o que seria moralmente controverso, pois somos co-causadores da destruição de ambientes de vida em outras regiões. Por esta razão, a prática da tolerância em relação a sistemas de valores e culturas diferentes oferece uma base para a construção da paz social e de um futuro viável.

Sabendo que os valores surgem através da comunicação, e que justamente a diferença de perspectivas e interesses é um de seus principais motivadores, concluímos que os valores se alimentam da diversidade e da diferença. Pois é somente quando há diferentes perspectivas que pode surgir uma troca, muito mais do que simplesmente a confirmação de um conhecimento que se detinha anteriormente. No mínimo, a diversidade pode aumentar a intensidade da comunicação sobre valores, quando todos enfrentam o desafio de justificar e repensar seu ponto de vista. A experiência da diversidade nos desafia a refletir sobre os próprios modelos de valores. “Reconhecimento do outro” (Jürgen Habermas^{xiv}): olhar para si próprio a partir de uma perspectiva externa e ter a capacidade de mudar a própria perspectiva gera autorreflexão e capacidade de comunicação. Por isso, o “reconhecimento do outro” é elemento constitutivo da gênese da ética e, por conseguinte, de valores que vão além dos próprios interesses. Culturas “fechadas” não são capazes de aprender e, não sendo capazes de aprender, estão ameaçadas de estagnação e não raramente de extinção.

À pergunta de quanta diversidade de valores uma sociedade é capaz de tolerar não cabe uma resposta generalizada. Tudo depende da solidez do discurso democrático, da robustez do sistema judiciário, da mentalidade cultural e dos tipos de conflito. O determinante para saber lidar com a pluralidade da diferença de valores em uma democracia, por um lado, é ter uma opinião pública vivaz, ou seja, aberta a discutir temas e anseios variados e, de outro, aplicar o princípio de decisão por maioria com salvaguarda das minorias.

O pluralismo de valores significa um ganho de liberdade, pois são aceitas preferências e expectativas de valor individuais e diferentes. Com ele é sempre possível haver ajustes e permanente desenvolvimento das expectativas de valor. Requer a presença de fóruns de discussão e comunicação, para que não seja apenas mera coexistência de valores. Isto restringiria ou até bloquearia as possibilidades de ação conjunta. A ética do pluralismo não deve ser confundida com relativismo ou “nihilismo do deixar acontecer” no sentido de ser indiferente a questões sobre a verdade.

A defesa do valor da diversidade nos remete de forma emblemática à temática da terra e da biodiversidade. A vida precisa de diversidade. A beleza e o valor estético de paisagens aumentam em proporção à diversidade das formas de vida ali presentes. Monoculturas são frágeis. Segundo um estudo empírico da ONU, existe em todo o mundo uma correlação espacial importante entre a diminuição da diversidade cultural e a biológica.^{xv} Atualmente, a diversidade e a integridade de solos estão bastante ameaçadas em algumas regiões, não por último devido ao tipo de valorização bioeconômica da agregação de valor praticada em terras agricultáveis, o que é bem ilustrado pelo exemplo da monocultura da colza.^{xvi}

Diversos tipos de valor e sua classificação hierárquica

Etimologicamente, o termo valor provém do contexto econômico. A agregação de valor econômico ilustra de forma paradigmática o que significa a geração de valor. Ao contrário, o uso do termo “valor” na ética, quando pensamos na “ética de valores” de Max Scheeler, totalmente baseada nos sentimentos, é bem menos inteligível. Contudo, a restrição da noção de valor apenas a sua dimensão

econômica, conforme prevalece atualmente em diversas áreas, constitui um problema ético. De forma muito pertinente, Bernhard Shaw consegue ir direto ao ponto: “Hoje em dia as pessoas conhecem o preço de tudo e o valor de nada”. Valores econômicos são valores de troca e de uso. Referem-se à dinâmica entre oferta e procura. Partem metodicamente da possibilidade de comparar e substituir os objetos em questão.

Mas, principalmente na esfera pessoal, esta trocabilidade não costuma ser apropriada. Segundo Kant, o homem é um “fim em si mesmo” e, sendo assim, tem dignidade e não apenas um preço. É isto que determina a singularidade de nossa existência pessoal. A absolutização de valores econômicos, que apenas leva em consideração o que é rentável, somado ao entendimento científico que apenas registra o que é quantificável, por vezes assume um status de substituto da religião. Seu dogma é não haver dogma e nem verdade acima dos valores funcionais e econômicos. O que se cultua é o mercado. A assistência espiritual é prestada pela propaganda dos objetos de consumo, capaz de detectar nossos desejos mais íntimos prometendo realizá-los. Por vezes, nossa comunicação na esfera pública parece não estar inspirada em valores e assemelha-se mais àquela de uma “sociedade de títulos e valores mobiliários”.

Eticamente, isso se contrapõe à primazia dos valores pessoais sobre os materiais e, como consequência, por exemplo, à priorização do trabalho sobre o capital (João Paulo II). Por exemplo, se o homem, através de sua força de trabalho, que parece ser passível de troca, torna-se mera mercadoria, sua dignidade está sendo ferida. Esta é a razão pela qual uma economia que visa ao lucro precisa ser submetida a rigorosas condições garantindo a proteção da dignidade do homem e a preservação de sua qualidade humana. Valores pessoais muitas vezes não se inserem numa perspectiva econômica, que apenas percebe os valores no modo do “ter”.

Não obstante, a crítica do “economicismo” não deveria ser transformada em fetiche, como se por si só pudesse ser vista como sinônimo do bem. A tensão que existe entre uma atribuição de valor pessoal baseada em reconhecimento, por um lado, e os fatos econômicos duros de uma atribuição de valor funcional baseada na trocabilidade, de outro, não pode ser dissolvida. É preciso olhar com muita atenção para compreender onde é adequada a comunicação econômica de valores através de produtos e serviços vendáveis, e onde justamente este tipo de comunicação de valores estaria encobrindo o essencial.^{xvii}

A ambivalência desta comunicação centrada em valores econômicos se evidencia no debate atual acerca do valor da terra e da biodiversidade. O estudo “Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade” (TEEB) da ONU^{xviii} baseia-se no modelo de monetarização dos serviços do ecossistema. A expressão numérica do valor econômico da biodiversidade permite que seu valor social e político seja percebido, da mesma forma como a economicização dos custos climáticos produzida no relatório Stern contribuiu para provocar forte mudança no rumo dos debates sobre o clima. No entanto, ela é unilinear e bastante insuficiente para abarcar a diversidade do significado da terra.

A esta altura, impõem-se algumas questões fundamentais: quais são os limites do mercado? Que tipo de bem pode ser abandonado à livre concorrência e ao jogo entre oferta e procura? O que são bens privados? É adequado classificar a terra de forma geral como bem privado? Por outro lado, estamos habituados a considerar o ar e a água como bens públicos. Pelo menos a obrigatoriedade de

classificar a terra como bem público deveria ser assegurada juridicamente de forma mais eficaz, tendo em vista a degradação dos solos que avança em nível nacional e global. Para tanto, é necessário ocorrer uma profunda mudança na consciência de valorização da terra, que muitas vezes é vista apenas como a “sujeira sob nossos pés”^{xxix}.

O valor da terra e do solo

A crescente degradação do solo usado pelo homem é um fato ainda pouco registrado pela opinião pública, apesar de já ser reconhecido como um dos principais problemas ambientais.^{xx} A relevância deste problema, no entanto, continua sendo amplamente subestimada quando considerarmos as inúmeras funções materiais e culturais que o solo exerce em relação ao meio ambiente e à sociedade. O ordenamento territorial e suas bases éticas ainda desempenham um papel apenas secundário na Alemanha. Em parte, continuam prevalecendo concepções antiquadas e já ultrapassadas de sistemas de valor.

As deficiências de percepção descritas anteriormente explicam a forma como tem sido praticada a defesa da terra até agora, fortemente reativa e se restringindo essencialmente à remissão ou reparação (parcial) local de danos já instalados. Com a crescente conscientização dos problemas com o uso da terra e o seu alcance moral, este modo de agir já não pode ser justificado satisfatoriamente. É dever de longo prazo para toda a sociedade assegurar suficiente qualidade do solo para as gerações futuras de forma abrangente, e isto exige uma profunda revisão dos dogmas e prioridades regulatórias no ordenamento do uso do solo. Os primeiros passos neste sentido foram dados em 1981 (Carta das Nações Unidas sobre Proteção dos Solos), mas ainda falta uma Convenção de Proteção dos Solos que seja compulsória em nível internacional. O Acordo das Nações Unidas de Combate à Desertificação deveria ser ampliado para constituir um acordo geral de proteção dos solos.^{xxi}

“Biodiversidade” significa “riqueza da natureza”. De sua proteção depende decisivamente o desenvolvimento futuro da vida sobre a Terra e, portanto, da civilização humana. Assim como o clima, ela figura entre os bens fundamentais para a garantia da vida. A diversidade biológica é um dos principais parâmetros para a preservação do equilíbrio ecológico e para a manutenção de funções importantes para a natureza e a sociedade. A preservação da diversidade de espécies vegetais, animais e habitats, bem como da diversidade genética das espécies vegetais e animais é um mandamento da justiça intergeracional, ecológica e global. Para tanto, fazem-se necessárias iniciativas e acordos pertinentes.

A habitual e longa explicação para justificar a proteção de espécies, de que a diversidade seja um pré-requisito necessário à estabilidade ecológica, já não é mais aceita com unanimidade, pois a relação entre ambas não é compulsória nem tampouco linearmente compreensível. A justificativa ética da proteção de espécies deve centrar-se no valor intrínseco dos seres vivos, o que não presume necessariamente uma visão de mundo biocêntrica. Para exemplificar, citamos o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2004), no qual a importância da Biodiversidade recebeu bastante destaque^{xxii}, sendo que ali se optou por uma abordagem baseada na Teologia da Criação com justificativa moderadamente antropocêntrica (diversidade de espécies como bem comum de toda a humanidade). Para os cristãos a proteção e preservação da diversidade de espécies expressam o dever de lidar de forma responsável com a Criação que foi confiada por Deus a todos os homens.

Na difícil busca por critérios éticos diferenciados para valoração da proteção da biosfera, o Conselho Consultivo Científico do Governo Federal da Alemanha para Mudanças Ambientais Globais (WBGU) formulou um parecer sobre “ética ambiental”. Este documento estabelece a diferença entre princípios categóricos, isto é, que não são passíveis de troca, e os compensatórios.^{xxiii} Existem áreas que precisam ser protegidas categoricamente e que na valoração ética são inegociáveis. Neste sentido, o WBGU reivindica que “as intervenções que ponham em risco a existência humana sejam categoricamente abandonadas”.^{xxiv} Intervenções que tenham influência notável sobre ciclos de materiais ou de energia em nível global também são incluídas entre os procedimentos que devem ser categoricamente rejeitados. Também a preservação da diversidade de ecossistemas, de paisagens e de espécies primárias consideradas essenciais está incluída entre os princípios categóricos. Os demais bens, por exemplo, espaços potenciais de natureza, estão sujeitos aos princípios compensadores e, por conseguinte, a processos de valoração teleológicos, aqueles que enfocam as consequências. No debate atual sobre as regras de uso da natureza, sugere-se aplicar preferencialmente os processos teleológicos.

O WBGU não entende seu projeto como sendo uma avaliação terminal, mas como demonstração das dimensões de valores e como apoio à melhoria da eficiência de decisões para a ação no âmbito das valorações teleológicas dos serviços da biosfera. Neste sentido, estabelece a diferença entre valores diretos (de uso econômico), valores indiretos (funcionais), valores de opção (potenciais de uso para o futuro), valores de existência e valores de experiência. Valores de existência são valores intrínsecos recebidos por alguém ou alguma coisa, independente de poderem gerar benefícios diretos ou indiretos, simplesmente porque ele(s) existe(m).

Como conclusão política central deste conceito ético, o Conselho Científico faz as seguintes reivindicações:

- criação de um sistema de alarme precoce
- estabelecimento de mecanismos internacionais de proteção dos valores categóricos
- criação de incentivos descentralizados para proteção da biosfera, bem como
- adoção de princípios categóricos segundo três categorias: a) proteção total (Estratégia de Noé, ou seja, assim como na narrativa do patriarca bíblico em relação à Arca de Noé, refere-se à sobrevivência); b) uso extensivo (Estratégia de censura, ou seja, sujeita ao controle de informações pela vigilância do Estado); c) uso ótimo, intensivo, mas sustentável (Estratégia do demiurgo, ou seja, aberta à construção criativa).^{xxv}

Tudo isso são tentativas de concretizar o pleito ético fundamental do “capital natural constante” através de regras de procedimento razoáveis com as quais, em princípio, possamos lidar politicamente. A proteção e o cuidado com a diversidade biológica são, naturalmente, apenas uma parte do todo, cujo significado para o desenvolvimento sustentável não deveria ser subestimado, principalmente na Alemanha.^{xxvi} O mais importante seria a eliminação dos incentivos equivocados contidos nas regras irracionais de subvencionamento do setor agrário, que, no presente, estão levando à destruição em massa do capital natural.

Estas medidas legais somente serão eficazes quando acompanhadas de uma mudança em nossa consciência de valores. E, para tanto, a fé cristã na Criação, cujo objetivo não é, por essência, a justificação de imperativos um a um, mas sim promover uma revisão fundamental da relação do homem com a natureza, poderá proporcionar um importante alargamento de horizontes para o entendimento dos valores, principalmente quando se trata do manejo do solo e do ordenamento territorial.

Prof.Dr.Markus Vogt – Professor da cátedra de Ética Social Cristã da Universidade Ludwig Maximilian de Munique.

ⁱ Cf. Korff, Wilhelm: Auf der Suche nach der Vernunft menschlichen Handelns, em: Theologische Ethik autobiographisch, editor Konrad Hilpert, Paderborn 2007, pp. 63-65. Sobre o debate interdisciplinar acerca de valores e normas, cf. Wertheimer, Jürgen: Normen, Standards, Werte – was die Welt zusammenhält, Wertheimer vol. 3, Baden-Baden 2011

ⁱⁱ Cf. acerca deste debate: Vogt, Markus: Empirie in der Ethik. Zum Verhältnis von Fakten, Werten und Normen, em Interdisziplinarität der Christlichen Sozialethik, ed. por Peter Schallenberg e Arnd Küppers, Paderborn 2013, pp. 405-424.

ⁱⁱⁱ Joas, Hans: Die Entstehung der Werte, Frankfurt, 1997, 10. Considero este livro como sendo uma das principais contribuições sobre a gênese de valores encontrada no debate filosófico-sociológico atual.

^{iv} Joas, Hans: Die Sakralität der Person. Eine neue Genealogie der Menschenrechte, Berlin, 2011, p.190.

^v Cf. Saan-Klein van, Beatrice / Dirscherl, Clemens e Vogt, Markus: „[...] não mais cessarão a sementeira e a colheita“ (Gênesis 8.22). Ein Praxisbuch zum Mehrwert der nachhaltigen Landwirtschaft, Munique 2004, pp. 67-69.

^{vi} Cf. Kühnlein, Michael (Ed): Das Politische und das Vorpolitische. Über die Wertgrundlagen der Demokratie, Baden-Baden 2014; Vogt, Markus: Aufgaben, Methoden und Massstäbe der Ethik in der Raumplanung. Zugänge und Reflexionen, edit. por Martin Lendi e Karl H. Hübler, Hannover 2004, pp. 14-30.

^{vii} Etzioni, Amitai: Die Entdeckung des Gemeinwesens. Das Programm des Kommunitarismus, Frankfurt 1998; Jaeggi, Rahel: Kritik der Lebensformen, Frankfurt 2014.

^{viii} A partir dos estudos de North, Richter calcula que, na economia atual, cerca de 70% dos custos de execução de um contrato sejam destinados à captação, ao controle e a celebração do mesmo; Richter, Rudolf: Institutionen ökonomisch analysiert, Tübingen, 1994, p. 5 e seguintes; Cf. também Vogt, Markus: Wertorientierte Führung von Unternehmen in Krisenzeiten, em: ZdW Bay 3/2010, pp. 108-115.

^{ix} Etzioni, um dos grandes defensores do comunitarismo, por esta razão define as instituições e formas de comunicação de família, educação e vizinhança como “infraestrutura da moral”. Cf. Etzioni, Die Entdeckung des Gemeinwesens, p 105.

^x Vogt, Markus: Der weite Weg in eine Bildungsrepublik, Anmerkungen zu Aspekten der Wertevermittlung, em: Kirche und Gesellschaft 386, Colônia 2012, pp. 1-16.

-
- ^{xi} Lendi, Martin / Hübler, Karl H. (Ed.): Ethik in der Raumplanung, Zugänge und Reflexionen, Forschungs- und Sitzungsberichte der Akademie für Raumforschung und Landesplanung 221, Hannover 2004.
- ^{xii} Cf. Vogt, Markus: Prinzip der Nachhaltigkeit. Ein Entwurf aus theologisch-ethischer Perspektive, Munique, 3a. Edição, 2013, especialmente pp. 110-215 e pp. 456-494.
- ^{xiii} Casanova, José: Der Ort der Religion im säkularen Europa, em: Transit – Europäische Revue 27/2004, www.iwm.at/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=278
- ^{xiv} Habermas, Jürgen: Die Einbeziehung des Anderen. Studien zur philosophischen Theorie, Frankfurt 1996.
- ^{xv} Cf. Töpfer, Klaus: Globaler Umweltschutz und Armutsbekämpfung, em: zur debatte 7/2003, p. 13 ss.
- ^{xvi} Cf. criticamente: Gottwald, Franz-Theo/ Krätzer, Anita: Irrweg Bioökonomie. Kritik an einem totalitären Ansatz, Berlim 2014.
- ^{xvii} Durante décadas enriquecemos com os cálculos do mercado financeiro – à custa dos pobres (já que o dinheiro sempre é uma medida comparativa), à custa das gerações futuras (p. ex. devido ao grande endividamento público no mundo todo) e à custa da natureza (p. ex. mudanças climáticas, que, entre outras causas, também se devem a inerente pressão por crescimento). As experiências colhidas com a crise do mercado financeiro, ainda não suficientemente elaboradas, deveriam aguçar o olho em relação às incertezas de um sistema de valores baseado em dinheiro.
- ^{xviii} The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB): Integrar o significado econômico da natureza nos processos de tomada de decisão – abordagem, conclusões e recomendações – uma síntese, Bonn / Münster 2010, www.teebweb.org.
- ^{xix} Montgomery, David: Dreck: Warum unsre Zivilisation den Boden unter den Füßen verliert, Munique 2010. (em tradução livre: “Sujeira: Porque nossa civilização está perdendo o chão sob seus pés”)
- ^{xx} Cf. Lingner, Stephan/Borg, Erik: Präventiver Bodenschutz. Problemdimensionen und normative Grundlagen, Bad Neuenahr 2000; Haber, Wolfgang / Brückmann, Walter: Nachhaltiges Landmanagement, differenzierte Landnutzung und Klimaschutz, Berlim 2013. Nos últimos 50 anos perdeu-se de forma irrecuperável mais de um quarto do solo fértil de todo o mundo. A impermeabilização do solo, a expansão dos desertos, a danificação da cobertura vegetal em ampla escala parecem avançar de forma irrefreável.
- ^{xxi} Cf. neste contexto, uma minuta de Convenção de Proteção de Solos esboçada na Academia Evangélica de Tuzting em 1997, Held, Martin / Kümmerer, Klaus: Preserving soils for life. The Tuzting Project “Time Ecology”, em: GAIA 6, 3/1997, pp. 212-216.
- ^{xxii} Pontifício Conselho Justiça e Paz: Compêndio da Doutrina Social da Igreja, Freiburg 2006, Nr. 466-487, este é o primeiro documento pontifício que contém um capítulo extenso dedicado às questões de responsabilidade com a Criação, capítulo 10.
- ^{xxiii} Cf. Wissenschaftlicher Beirat der Bundesregierung globaler Umweltwandel [WBGU]: Welt im Wandel. Umwelt und Ethik. Sondergutachten, Marburg 1999, p. 14 ss.
- ^{xxiv} WBGU: Welt im Wandel, p. 38; em relação ao que segue ib., pp. 38-42 e pp. 47-80.
- ^{xxv} ib.: pp. 129-133.
- ^{xxvi} Haber/Brückmann: Nachhaltiges Landmanagement, p. 210-273.